



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 029/2015 - PROCESSO Nº 115/2015
OBJETO: FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO, JANTAR E REFEIÇÃO) ACONDICIONADA EM MARMITEX.

Termo de Revogação de Processo Licitatório

FUNDAMENTAÇÃO:

Após recebimento do ofício nº 025/2015 SMA/DICOL, parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, com a lei e a **DECISÃO** do Secretário Municipal de Administração Interino, o Pregoeiro informa a **REVOGAÇÃO** do PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2015 – Processo nº 115/2015, cujo objeto é FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO, JANTAR E REFEIÇÃO) ACONDICIONADA EM MARMITEX, **com base no art. 49 da lei 8.666/93 e súmula 473 do STF.**

JUSTIFICATIVA:

Após análise da Diretoria de Suprimentos e Controle Patrimonial diante da solicitação do Pregoeiro visando esclarecer a viabilidade financeira da adjudicação dos itens do certame, foi sugerido pela Diretora de Suprimentos e Bens Patrimoniais ao Secretário Municipal de Administração que o Pregão Presencial nº 029/2015 fosse revogado pelo fato dos valores do licitante vencedor estarem bem superiores ao atualmente contratado, o que justifica o desinteresse e inoportunidade da Administração em adjudicar e homologar a licitação. Constatou-se, em um dos itens, um aumento de 37,03%. A Procuradoria Geral do Município opinou pela possibilidade de se promover a revogação do Pregão Presencial n.º 029/2015.

Conforme parecer jurídico:

1. O pregoeiro da Comissão do Pregão Presencial se manifestou por meio do ofício nº 049/2015-CPL, acerca da inconveniência da adjudicação do feito, por inviabilidade financeira dos itens do certame, conforme segue.

“Tal solicitação se justifica devido ao fato de que os preços negociados no pregão ora citado, apesar de se encontrarem dentro do preço médio constantes nos orçamentos do processo, estão superiores aos valores pagos atualmente através do contrato nº. 159/2014, firmado com a mesma empresa vencedora do pregão, VOVÓ LULU ALIMENTAÇÕES LTDA-EPP”.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

2. Segundo consta dos autos no referido ofício, o Índice Geral de Serviços (IPC) – Alimentação do período de junho de 2014 a julho de 2015 acumulou o percentual de 11,52%, o que mesmo atendendo o preço médio constante nos orçamentos do certame, acarretaria uma contratação desvantajosa para o Município.

3. Em se tratando de atos passíveis de anulação ou revogação, o art. 49 da Lei de Licitações é claro ao estatuir:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

4. O Supremo Tribunal Federal, por meio de entendimento sumulado, já pacificou a possibilidade da Administração rever seus próprios atos:

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

5. O pregoeiro da Comissão do Pregão Presencial já se manifestou, por meio do ofício retromencionado, acerca da conveniência em se promover a revogação do ato administrativo.

Ante o exposto, OPINO pela possibilidade de se promover a revogação do Pregão Presencial 029/2015.

O Secretário Municipal de Administração Interino manifestou:

Vislumbrando os autos, entendo não ser cabível a convalidação do ato licitatório. Isto porque, encerrada a fase de apresentação das propostas, não há parâmetro objetivo para negociar o preço com o particular.

O parecer jurídico esclarece que, verificada a impossibilidade de convalidação do ato administrativo, deve ser promovida a revogação do certame nos termos da Súmula 473 do STF.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Pois bem.

O processo licitatório tem por objetivo encontrar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que não foi obtido no presente certame. O valor encontrado está bem superior ao atualmente contratado, o que por si só justifica o desinteresse e inoportunidade da Administração em homologar a licitação.

Pelo Pregoeiro, foi dito que "os preços negociados no pregão ora citado, apesar de se encontrarem dentro do preço médio constante nos orçamentos do processo, estão superiores aos valores pagos atualmente através do contrato n.º 159/2014, firmado com a mesma empresa vencedora do pregão, VOVÓ LULU ALIMENTAÇÕES LTDA-EPP".

Constatou-se, em um dos itens, um aumento de 37,03%, valor este altamente superior ao IPC no mesmo período, que foi de 11,52%.

A revogação da licitação, além de ter amparo legal no art. 49 da Lei n.º 8.666/93, é acolhida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que assim expressa:

Processo: RMS 23402 PR 2006/0271080-4

Relator (a): MINISTRA ELIANA CALMON

Julgamento: 18/03/2008

Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA

Publicação: DJE 02/04/2008

EMENTA: ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO REVOGAÇÃO
CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.
5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.
6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.
7. Recurso ordinário não provido.

Como se vê, é de flagrante interesse público que seja realizado novo processo licitatório, com a finalidade de encontrar uma proposta mais vantajosa para o Município, atendendo-se assim ao interesse público.

Ademais, não possui a empresa licitante qualquer direito adquirido, senão uma mera expectativa de direito, que não pode ser objeto de questionamento nas vias judiciais.

A revogação se baseia em razões de interesse público, pois visa proteger o erário; funda-se em fato superveniente, que são os lances realizados pelas licitantes; tais fatos estão documentalmente comprovados no presente processo; e demonstram-se pertinentes e suficientes para justificar a revogação.

Por todo o exposto, determino a **REVOGAÇÃO** do certame, bem como pela realização de novo processo licitatório, ao qual deve ser atribuída ampla publicidade.

A Comissão de Pregão, de acordo com o Ofício nº 025/2015 SMA/DICOL, parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, com a lei e a **DECISÃO** do Secretário Municipal de Administração Interino informa a **revogação** do certame licitatório. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se este termo de revogação, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.*****

Patos de Minas, 22 de julho de 2015.

Pregoeiro

Álvaro Guilherme Rocha

Equipe de Apoio

Cristina Vargas Barcelos

Elaine Maria Macilon Borges